



LEASEPLAN ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ nº 04.836.002/0001-76



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. os Balanços Patrimoniais e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de Junho de 2015 e de 2014.

na direção certa. O lucro líquido atingiu R\$ 6.164 mil no primeiro semestre de 2015, com crescimento de 52% em relação ao mesmo período do ano anterior. Este crescimento deve-se, principalmente, ao crescimento de nossas receitas na finalização de contratos que apresentaram um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior bem como a reversão de R\$ 768 da provisão de valor recuperável dos ativos (Impairment), sendo R\$ 615 referentes ao imobilizado de arrendamento e R\$ 153

referentes a bens não de uso próprio, ambos comprovam a capacidade da empresa em estabelecer e controlar o risco de seus ativos. Em 30 de junho de 2015, nossos bens arrendados totalizaram R\$ 315,5 milhões, um crescimento de 2% em relação ao primeiro semestre de 2014. Por fim, continuamos com a ambição de aprimorar a estrutura de governança corporativa tornado-a cada vez mais representativa, transparente e alinhada às melhores práticas

de mercado garantindo que as diretrizes estratégicas estejam pautadas em decisões colegiadas e em linha com os valores da nossa organização: *Commitment, Expertise, Passion and Respect*. Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos clientes pela confiança que nos é depositada.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	2015	2014
Ativo circulante		39.263	43.413
Disponibilidades		317	280
Operações de arrendamento mercantil	4	5.800	3.452
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado		118.250	81.794
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(110.095)	(77.492)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(2.355)	(850)
Outros créditos	5.(a)	4.014	5.959
Diversos		4.900	6.180
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(886)	(221)
Outros valores e bens	5.(b)	29.132	33.722
Bens não de uso próprio		14.725	16.112
Provisão para desvalorização		-	(23)
Despesas antecipadas		14.407	17.633
Ativo não circulante		244.673	236.247
Ativo realizável a longo prazo		244.673	236.247
Operações de arrendamento mercantil	4	-	-
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado		89.098	113.026
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil		(89.098)	(113.026)
Permanente	6	244.673	236.247
Imobilizado de uso		439	1.215
Outras imobilizações de uso		852	2.278
Depreciações acumuladas		(413)	(1.063)
Intangível		327	968
Imobilizado de arrendamento		243.907	234.064
Bens arrendados		315.599	309.413
Impairment		(72)	(1.241)
Depreciações acumuladas		(17.620)	(74.108)
Total do ativo		283.936	279.660

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2015	2014
Passivo circulante		138.544	125.411
Obrigações por empréstimos	7	86.218	79.897
Empréstimos no país		86.218	79.897
Outras obrigações		52.326	45.514
Fiscais e previdenciárias	9.(d)	3.341	3.671
Diversas	5.(c)	48.985	41.843
Passivo não circulante		84.116	105.893
Exigível a longo prazo		84.054	105.627
Obrigações por empréstimos	7	84.054	105.627
Empréstimos no país		84.054	105.627
Resultados de exercícios futuros		62	266
Receitas de exercícios futuros		62	266
Patrimônio líquido		61.276	48.356
Capital de domicílios no			
País	10	72	72
Exterior	10	91.489	91.489
Prejuízos acumulados		(30.285)	(43.205)
Total do passivo e patrimônio líquido		283.936	279.660

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91.561	(47.258)	44.303
Lucro líquido do semestre	-	4.053	4.053
Saldos em 30 de junho de 2014	91.561	(43.205)	48.356
Mutações do semestre	-	4.053	4.053
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91.561	(36.449)	55.112
Lucro líquido do semestre	-	6.164	6.164
Saldos em 30 de junho de 2015	91.561	(30.285)	61.276
Mutações do semestre	-	6.164	6.164

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional
A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma empresa Global com mais de 50 anos de liderança em gestão de frotas e presença em 32 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda. com sede em Barueri. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da Instituição é a gestão de frotas multimarcas para empresas através da modalidade "Leasing Operacional". A gestão envolve a compra dos veículos, o leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela Instituição, a Administração dos custos inerentes aos veículos, consultoria e suporte na seleção e política de frotas, relacionamentos e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis
As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638, de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência contábil internacional, homologado pelos órgãos reguladores e substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As Demonstrações Contábeis da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 27 de agosto de 2015.

a) Alterações nas Normas Contábeis Brasileiras: Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são: Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa; Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas; Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; Resolução nº 3.973/11 - Eventos Subsequentes; Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações; Resolução nº 4.007/11 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e retificação de erros; e Resolução nº 4.144/12 - Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

3. Descrição das Principais Práticas Contábeis
a) Caixa Equivalentes de Caixa: Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, estão incluídas caixa e contas correntes em bancos (consideradas na rubrica Disponibilidades) e recursos financeiros com prazo original igual ou inferior a noventa dias, de alta liquidez, prontamente convertíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

b) Operações de Arrendamento Mercantil: A Carteira de Arrendamento Mercantil Operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309 de 28 de agosto de 1996 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BCB), conforme descrito a seguir: **i. Arrendamentos a Receber:** Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizado de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **ii. Rendas a apropriar de Arrendamento Mercantil:** Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber, sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais. **iii. Imobilizado de Arrendamento:** Registrado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de Arrendamento e baseada na estimativa do valor residual dos respectivos bens ao final do contrato.

c) Provisão para Contraprestações de Arrendamento de Liquidação Duvidosa: Constituída com base na análise dos riscos na realização das contraprestações em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). As operações de Arrendamento Mercantil Operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência.

d) Imobilizado de Uso e Intangível: Estão registrados os direitos e bens corpóreos e incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. Demonstrados pelo custo de aquisição deduzido da depreciação ou amortização acumulada. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear com base na vida útil dos ativos. Os bens adquiridos para constituir contratos de Arrendamento Mercantil são registrados na rubrica Imobilizado de Arrendamento. O Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e é composto principalmente por softwares.

e) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos (Impairment): Os bens do Imobilizado de Uso e Arrendamento bem como os demais ativos não circulantes são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, esta é reconhecida no resultado do período sob a rubrica Impairment.

f) Ativos e Passivos Contingentes, Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias: São avaliadas e reconhecidas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16/12/2008, do CMN e Carta Circular nº 3.429, de 11/02/2010 do BACEN conforme descrito a seguir - **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem com elevado grau de confiabilidade a realização (decisões judiciais favoráveis transitadas em julgado, confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível) - **Passivos Contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos através de ações cíveis, trabalhistas ou de natureza fiscal. Essas contingências, de acordo com a prática conservadora adotada, são avaliadas por nossos assessores legais e sua classificação leva em consideração a probabilidade da exigência de recursos financeiros para liquidá-las além da segurança com que o montante possa ser estimado. Para as contingências classificadas como perdas prováveis, são constituídas provisões; para as possíveis, são divulgadas sem que sejam provisionadas; e para as remotas, não é requerida a provisão nem a divulgação. - **Obrigações Legais:** Decorrem de exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, são registradas pelo valor integral em discussão e atualizadas de acordo com a regulamentação vigente.

g) Tributos: Calculados às alíquotas abaixo, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo.

	15,00%
Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	15,00%
Contribuição Social	0,65%
PIS	4,00%
COFINS	0,65%
ISS	2,00%

h) Resultados de Exercícios Futuros: Referem-se a bônus pagos à Instituição pelos fornecedores parceiros relativos a compra de Veículos, Blindagens e Acessórios cuja aprovação como receita efetiva é realizada pelo gestor da carteira de arrendamento. **i) Apropriação do Resultado:** As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" e calculadas com base no método proporcional. As operações pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

j) Estimativas Contábeis: Na preparação das Demonstrações Contábeis são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para contraprestações de arrendamentos de liquidação duvidosa, depreciação do ativo imobilizado de uso e provisões para contingências. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos que resultaram no reconhecimento dessas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações.

4. Operações de Arrendamento Mercantil
a) Composição da Carteira por Setor de Atividade:

	30/06/2015	%	30/06/2014	%
Sector Jurídico				
Pessoa Jurídica				
Indústria	6.683	81,9%	3.033	70,5%
Serviços e outros	1.221	15,0%	1.007	23,4%
Comércio	251	3,1%	262	6,1%
Total	8.155	100,0%	4.302	100,0%

DIRETORIA
Fábio dos Santos Costa - Diretor-Presidente

Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2015	2014
Passivo circulante		138.544	125.411
Obrigações por empréstimos	7	86.218	79.897
Empréstimos no país		86.218	79.897
Outras obrigações		52.326	45.514
Fiscais e previdenciárias	9.(d)	3.341	3.671
Diversas	5.(c)	48.985	41.843
Passivo não circulante		84.116	105.893
Exigível a longo prazo		84.054	105.627
Obrigações por empréstimos	7	84.054	105.627
Empréstimos no país		84.054	105.627
Resultados de exercícios futuros		62	266
Receitas de exercícios futuros		62	266
Patrimônio líquido		61.276	48.356
Capital de domicílios no			
País	10	72	72
Exterior	10	91.489	91.489
Prejuízos acumulados		(30.285)	(43.205)
Total do passivo e patrimônio líquido		283.936	279.660

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	91.561	(47.258)	44.303
Lucro líquido do semestre	-	4.053	4.053
Saldos em 30 de junho de 2014	91.561	(43.205)	48.356
Mutações do semestre	-	4.053	4.053
Saldos em 31 de dezembro de 2014	91.561	(36.449)	55.112
Lucro líquido do semestre	-	6.164	6.164
Saldos em 30 de junho de 2015	91.561	(30.285)	61.276
Mutações do semestre	-	6.164	6.164

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição da Carteira e Provisão para Contraprestações de Arrendamento de Liquidação Duvidosa distribuídas pelos Níveis de Risco:

Nível de risco	% Provisão mínima requerida		Carteira		Provisão	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
A	0%	3,63%	1.272	-	-	-
A	0,5%	1,84%	939	9	5	5
B	3%	-	30	-	1	-
C	3%	110	139	4	4	-
D	10%	-	300	-	30	-
E	30%	1	881	-	264	-
F	50%	456	389	-	228	194
G	70%	-	-	-	-	-
H	100%	2.114	352	2.114	352	352
Total		8.155	4.302	2.355	850	850

c) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa:

	30/06/2015	30/06/2014
Saldo no início do semestre	(1.371)	(134)
Constituição de provisão	(1.026)	(756)
Reversão de provisão	42	42
Saldo no final do semestre	(2.355)	(850)

d) Receitas e Despesas de Arrendamento Mercantil:

	30/06/2015	30/06/2014
Rendas de Arrendamento Mercantil	67.121	67.405
Receitas na Finalização de Contratos de Arrendamento	10.635	7.230
Total das Receitas de Arrendamento Mercantil	77.756	74.635
Despesas com Bens Arrendados		
Depreciação	(22.615)	(23.946)
Manutenção	(8.814)	(9.706)
IPVA e Despachantes	(7.826)	(8.128)
Seguros	(3.513)	(2.891)
Despesas com Veículos Substituição	(853)	(928)
Outras Despesas de Arrendamento Mercantil	(3.361)	(1.922)
Total das Despesas de Arrendamento Mercantil	(46.982)	(47.521)

e) Detalhamento de Contas e Outros Créditos:

	30/06/2015	30/06/2014
Serviços a receber	1.866	2.367
Repasses de despesas	1.054	2.090
Tributos a compensar	1.626	1.297
Adiantos de fornecedores	198	214
Depósitos judiciais	122	120
Sinistros a receber	-	88
Outros	34	4
Diversos	4.900	6.180
Total de outros créditos diversos	(886)	(221)
Total de outros créditos diversos	4.014	5.959

f) Referem-se a repasses de serviços prestados em conjunto com as operações de Arrendamento Mercantil Operacional já efetuados aos clientes; ^(a) Referem-se a despesas com veículos arrendados a serem reembolsadas pelos clientes conforme previsto em contrato; ^(b) Referem-se principalmente à antecipação de pagamentos de imposto de renda e contribuição social, que serão utilizados quando na apuração desses impostos sobre o lucro real no final do exercício de 2015 e pagos em 2016; ^(c) Referem-se aos valores de ressarcimento referente a sinistros a receber da seguradora Itaú. Os saldos de 2014 foram reclassificados para melhor comparação; ^(d) Composto pela provisão de devedores duvidosos sobre valores de Serviços a Receber ^(e) e Repasses de Despesas ^(f) para cobertura de eventuais perdas na realização;

g) Outros Valores e Bens:

	30/06/2015	30/06/2014
Veículos pendentes de entrega	12.254	14.433
Veículos disponíveis para a venda	2.225	1.679
Sinistros a receber	246	214
Bens não de Uso Próprio	14.725	16.112
Provisão para desvalorização	-	(23)
Despesas antecipadas	14.407	17.633
Total de Outros valores e bens	29.132	33.722

h) Referem-se a veículos adquiridos para fins de arrendamento operacional e que ainda não foram entregues aos seus arrendatários; ^(a) Composto por veículos em processo de venda oriundos do imobilizado de arrendamento quando da terminação dos contratos; ^(b) Referem-se aos valores de ressarcimento referente a sinistros a receber da seguradora Itaú. Os saldos de 2014 foram reclassificados para melhor comparação; ^(c) Provisão constituída sobre o saldo de Veículos Disponíveis para Venda^(a), com objetivo de dar cobertura a eventuais perdas na sua realização. A provisão está baseada em históricos recentes de venda e informações de mercado e visa aproximar os ativos aos seus respectivos valores líquidos de venda; ^(d) Correspondem principalmente aos valores pagos antecipadamente de seguros e imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) de veículos arrendados, os quais são apropriados ao resultado proporcionalmente ao período a incorrer dessas despesas.

i) Outras Obrigações - Diversas:

	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para despesas com frota de arrendamento	36.433	31.998
Outras contas a pagar - fornecedores	6.486	6.012
Provisão para contingências	4.637	2.951
Despesas de pessoal	4.429	4.183
Total Outras Obrigações Diversas	48.985	41.843

j) Despesas de Pessoal:

	30/06/2015	30/06/2014
Proventos	(4.594)	(4.665)
Encargos sociais	(1.388)	(1.452)
Benefícios	(1.167)	(999)
Total das despesas de pessoal	(7.149)	(7.116)

k) Outras Despesas Administrativas:

	30/06/2015	30/06/2014
Despesas de serviços técnicos especializados	(1.148)	(519)
Despesas de depreciação - bens de uso próprio	(344)	(521)
Despesas de água, energia e gás	(30)	(19)
Despesas de amortização	(217)	(142)
Despesas de serviços de terceiros	(967)	(731)
Despesas de viagem	(109)	(110)
Despesas de comunicação	(183)	(126)
Despesas de transporte	(107)	(92)
Despesas de aluguel	(647)	(608)
Despesas de material	(30)	(56)
Despesas de seguro	(91)	(12